



Formação Docente: Princípios e Fundamentos 2

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Formação Docente: Princípios e Fundamentos 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação docente [recurso eletrônico] : princípios e fundamentos 2 / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Formação Docente: Princípios e Fundamentos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-369-9 DOI 10.22533/at.ed.699193005 1. Educação. 2. Professores – Formação. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A problemática da formação docente é um fenômeno que, inegavelmente, encaminha-se para a necessidade de mudança nos programas formativos voltados para modelos meramente transmissores e burocráticos, uma vez que na atualidade a competência do profissional docente perpassa muito além das fronteiras disciplinares e dos procedimentos de transmissão do conhecimento. O formalismo que tem contornado a pedagogia de muitas de nossas universidades coloca o ensino em uma disposição ambígua, já que, por um caminho, ele é supervalorizado, a mera transmissão de conhecimentos tem sido o seu maior motivo de existência; de outro, ele é menosprezado, porquanto pesquisa, para muitos, é atividade inegavelmente mais nobre que ensino. Esse debate atravessa diariamente as portas da universidade e invade o cotidiano das escolas, tendo como porta-voz um professor planejado para ministrar aulas, aplicar provas, atribuir notas, aprovar ou reprovar os alunos. E por sua vez os alunos são vítimas de um sistema de ensino ultrapassado e reprodutor de ideologias dominantes, prosseguem toda a sua vida escolar na posição de receptáculos de conteúdo, ouvintes acomodados e repetidores de exercícios vazios de sentido e significado. Esse é um fato por nós conhecido, o qual requer ordenamentos políticos, econômicos e pedagógicos para assegurar o desenvolvimento de uma nova cultura docente. Cultura esta que demanda a presença da pesquisa como princípio científico e educativo.

Um dos aspectos fundamentais referentes aos profissionais da educação encontra-se inscrito no Título VI, artigos 63 e 67, da Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) e, diz respeito à obrigatoriedade da valorização, bem como do seu aperfeiçoamento profissional. Desde então, a formação continuada dos professores tem sido objeto de interesse da pesquisa científica e do crescente investimento de governos em todas as esferas da administração pública. Investimento esse que no dizer de Gatti e Barretto (2009, p. 199), traduz-se num “ensaio de alternativas de formação continuada de professores”. Diante desse contexto legal, novos paradigmas têm orientado os programas de formação continuada, fortalecendo as linhas do aprimoramento profissional e da melhoria da qualidade da educação nas redes públicas. Em outras palavras, são vários os formatos e as modalidades desses programas, com vistas a manter o professor atualizado frente às demandas educacionais da contemporaneidade, em busca de uma escola melhor como garantia da inserção do aluno como cidadão de uma sociedade exigente em informação e conhecimento. Nesse sentido, a formação continuada, enquanto política pública, sugere o desenvolvimento de uma identidade profissional a ser construída pelo próprio professor por meio da pesquisa e da reflexão sobre sua prática pedagógica. Essa continuidade do processo de formação docente, a ser assumida pelos sistemas públicos de ensino, implica responsabilidade individual do professor, do Estado assegurando recursos para viabilizá-la e da sociedade, em termos de melhorias na qualidade da educação pública escolar.

A formação de professores é uma das temáticas que mais tem estado presente nas discussões sobre a educação brasileira no âmbito das escolas públicas do Brasil. Além da importância que vem sendo atribuída, em termos nacionais, o motivo desse destaque se prende a dívida do país em relação a uma educação escolar de qualidade para toda a população. Nesse contexto, insere-se ainda a precária formação dos professores e a perda de sua identidade profissional, o que dificulta a construção de uma escola democrática, de qualidade que vise a cidadania. Há uma preocupação por parte de gestores e educadores em relação à qualidade de ensino e a formação de professores.

Para Tardif (2002, p.112), a formação docente voltou-se para a prática a partir dos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, na década de oitenta, onde a sala de aula tornou-se importante objeto de investigação. A partir de então a prática docente passou a ser valorizada e investigada. No Brasil, esses estudos iniciaram-se na década de noventa. Tardif (2002, p.1140), considera que, inicialmente, a reforma educacional preocupava-se com a organização curricular. Enquanto, atualmente, preconiza-se os saberes docentes, a formação docente. Entendendo-se que esta é a melhor maneira de formar professores, a partir da análise da prática do outro. Sendo capaz de desenvolver no futuro professor capacidade crítico- reflexiva para interagir com o conhecimento, gerar novos saberes, e com isso, reconstruir a identidade do professor. A formação docente preocupa-se, cada vez mais, com a formação de uma nova identidade docente baseada em princípios éticos, investigativos, críticos e reflexivos.

Nesse sentido, considerar a escola como locus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação professores. Contudo, não se alcança esse objetivo de uma maneira espontânea. Não é o simples fato de estar na escola e de desenvolver uma prática escolar concreta que garante a presença das condições mobilizadoras de um processo formativo. Uma prática repetitiva, mecânica, não favorece esse processo. Para que ele se dê é importante que essa prática seja capaz de identificar os problemas, de resolvê-los. As pesquisas são cada vez mais confluentes, que esta seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma escola.

A valorização do saber docente, atual, vem provocando uma importante reflexão e pesquisa no âmbito pedagógico nos últimos anos. Tardif, Lessard e Lahaye (1991), afirmam que o saber docente é um saber “plural, estratégico e desvalorizado”. Plural porque constituído dos saberes das disciplinas, dos saberes curriculares, dos saberes profissionais e dos saberes da experiência. Estratégico porque, como grupo social e por suas funções, os professores ocupam uma posição especialmente significativa no interior das relações complexas que unem as sociedades contemporâneas aos saberes que elas produzem e mobilizam com diversos fins. Desvalorizado porque, mesmo ocupando uma posição estratégica no interior dos saberes sociais, o corpo

docente não é valorizado frente aos saberes que possui e transmite. Muitas explicações que podem ser dadas para essa realidade. Os vários setores da atividade humana passam por significativas mudanças que se concretizam em novas configurações da ordem econômica e política relacionada ao conhecimento, às vinculações pessoais, às comunicações, entre outras, que trazem consequências muito diretas para a educação escolar. Tais mudanças afetam de maneira particular a formação de professores, área que se situa não só no âmbito do conhecimento, mas também da ética, em que estão em jogo entendimentos, convicções e atitudes que compõem o processo de preparação docente.

A identidade do professor é um processo que reúne a significação social da profissão, a revisão das tradições, a reafirmação das práticas consagradas com as novas práticas, o conflito entre a teoria e a prática, a construção de novas teorias. Este é um processo contínuo que envolve um ciclo entre construção e reconstrução permanente que tem como princípio o caráter questionador, crítico e reflexivo que o professor deve assumir. Esta constante reformulação da identidade profissional do professor, apesar de constante, tem um tempo certo para acontecer; passa por um período de acomodação, desacomodação e reacomodação, para que possa ser assimilado, e só então, vivido e experimentado. É fundamental observar que a identidade do professor é uma só, constituída pela sua identidade pessoal e sua identidade profissional.

Os educadores são unânimes em reconhecer o impacto das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na educação e no ensino, levando a uma reavaliação do papel da escola e dos professores. Entretanto, por mais que a escola seja afetada nas suas funções, na sua estrutura organizacional, nos seus conteúdos e métodos, ela se mantém como instituição necessária à democratização da sociedade. Por isso, o tema da formação da identidade de professores assume no Brasil de hoje importância crucial. Não há reforma educacional, não há proposta pedagógica sem professores, já que são os profissionais mais diretamente envolvidos com os processos e resultados da aprendizagem escolar. Num momento político-social e educacional como o que enfrentamos no Brasil hoje, de clara hegemonia do projeto atual, essas questões não podem deixar de estar presentes na agenda da formação continuada de professores. Questões de fundo como “que tipo de sociedade?” Não podem estar ausentes do debate e cotidiano dos professores, junto com a análise crítica das reformas educativas que vêm sendo proposta. A formação da identidade profissional dos professores deve ser alicerçada em sua capacidade de se ressignificar, de pesquisar, de questionar e estar constantemente refletindo sobre a práxis, sobre seus saberes e fazeres, reconhecendo seu papel na melhoria social, dentro do que lhe compete. Neste processo a identidade profissional dos professores interfere no trabalho docente pois, um ciclo ininterrupto de ressignificação, de busca constante, de conflitos e descobertas. O que não se confunde com a falta de identidade profissional, ou a perda desta identidade. Conclui-se que a formação da identidade destes

profissionais é diferenciada das dos professores das áreas específicas por alguns fatores ora positivos, ora negativos e que dão certa especificidade a identidade destes profissionais. Fatores como a feminilização desta profissão, os baixos salários, a formação em nível médio na modalidade magistério de grande parte do corpo docente (o que esta mudando com o investimento na formação superior destes profissionais, mas ainda de modo restritivo, pois não se formam Pedagogos, e sim professores de séries iniciais com formação superior, o que além de limitar sua atuação, restringe seu currículo às habilidades pertinentes a docência), o reconhecimento da importância desta modalidade de ensino versus o investimento precário para este setor educacional e as constantes intervenções políticas, além da idade e das necessidades sociais e econômicas da clientela a que é destinado o serviço educacional neste setor, são apenas alguns destes fatores. A cobrança social é muito grande e muitas vezes o professor das séries iniciais se vê descaracterizado sua identidade para atender às necessidades de seus alunos, para que, somente então, possa realizar seu trabalho (não que isso não aconteça com professores de outras áreas, mas a pressão exercida é diferenciada em função da pouca idade da clientela). Sua identidade embora esteja em constante processo de resignificação deve ter bases sólidas, para não se perder e sucumbir as pressões, interferências e modismos tão frequentes em seu trabalho. Conclui-se afirmando que, junto com as enormes contribuições que essas novas tendências têm trazido para repensar a questão da formação da identidade de professores, é necessário também estarmos conscientes de seus limites e silêncios. Temos de estar conscientes da necessidade de articular dialeticamente as diferentes dimensões da profissão docente: os aspectos psicopedagógicos, técnicos, científicos, político-sociais, ideológicos, éticos e histórico-culturais.

Abre o livro o artigo A PROVA ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DOS PRIMEIROS ANOS DA BAIXADA SANTISTA, os autores Cícero Guilherme da Silva,, Everton Gomes Silva, Maria Alves de Souza Filha, Nilcéia Saldanha Carneiro, Patrícia Scatolin Teixeira Diniz, buscam identificar qual o sentido da prova escrita para estudantes dos primeiros anos do ensino médio; analisar se tais avaliações têm relevância significativa para o aprendizado do estudante; verificar se os estudantes veem esse tipo de avaliação como aprendizagem formativa e emancipadora, ou se apenas cumprem com as políticas e práticas estabelecidas pelas instituições e pontuar quais as principais dificuldades apresentadas pelos estudantes em sua formação no início do ensino médio na relação sobre a forma de avaliar do professor. Na perspectiva de compartilhar o artigo NA “COMPARTILHANDO SABERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”, os autores, Alexandre Montagna Rossini, Amanda Ribeiro Vieira, Juliana Cristina Perlotti Piunti, Plínio Alexandre dos Santos Caetano, buscam descrever o projeto “Compartilhando Saberes” desenvolvido pela Equipe de Formação Continuada de Professores do Campus

Sertãozinho do IFSP. No sentido de indagar o artigo ¿PARA QUÉ SIRVEN LAS HUMANIDADES MÉDICAS? CONSIDERACIONES SOBRE LA MEDICIÓN DE SU IMPACTO, a autora Isabel Morales Benito tem o propósito tratar de una rama del saber que se ha ido implantando en los últimos años y que se crece, caya vez con mayor impulso, tanto en el ámbito de la investigación como en su aplicación para la educación médica. Na perspectiva de inovar p artigo APRENDIZAGEM EM AMBIENTE DE INOVAÇÃO NO IFSP: RELATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (OBG), os autores Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol, Lucas Labigalini Fuini, Elias Mendes Oliveira, buscam relatar a experiência de participação do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São João da Boa Vista, na 3ª. Olimpíada Brasileira de Geografia (OBG), realizada desde 2015, detalhando os aspectos concernentes às estratégias de ensino-aprendizagem mobilizadas para participação dos alunos na edição de 2017. No artigo METODOLOGIA ATIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE CONCEITOS MATEMÁTICOS, os autores Sabrina Sacoman Campos ALVES e Elton Lopes da SILVA Buscam relatar uma experiência de um curso de formação continuada, vivenciado no primeiro semestre de 2017, com professores da Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental de um colégio da rede privada de ensino da cidade de Marília/SP. No artigo A autonomia docente no contexto de uso dos sistemas privados de ensino, as autoras Tatiana Noronha de Souza Maristela Angotti, buscam apresentar parte de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar o conhecimento de professoras de pré-escola sobre a proposta pedagógica para a educação infantil, no contexto de uso de um Sistema Privado de Ensino – SPE. No artigo A APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS GEOMÉTRICOS POR MEIO DO RECURSO DO DESENHO GEOMÉTRICO: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA, os autores Robinson Neres de Oliveira e José buscaram por meio da pesquisa de Mestrado cujo título é "Contribuição do Desenho Geométrico na apropriação de conceitos geométricos". No artigo A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELACIONANDO A FORMAÇÃO E A PRÁTICA PROFISSIONAL, o autor Heitor Luiz Borali buscam pesquisar sobre o processo de avaliação e suas dimensões, analisando seus contextos como um instrumento para a investigação de problemas de aprendizagem como objeto que pode conduzir discriminação, a negação e a exclusão. No artigo A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A UTONOMIA DO PROFESSOR, as autoras Lucimara Del Pozzo Basso e Marcia Reami Pechula buscam suscitar alguns apontamentos e provocações a respeito da BNCC e da implicação deste documento na autonomia do professor. No artigo A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA E A MOBILIZAÇÃO DE SABERES DOCENTES POR PROFESSORES ATUANTES NUM PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, os autores Francine de Paulo Martins Lima, Helena Maria Ferreira, Giovanna Rodrigues Cabral, Daiana Rodrigues dos

Santos Prado Buscou investigar a constituição da docência e os saberes mobilizados por um grupo de professores, no âmbito de um programa de alfabetização de jovens e adultos. No artigo A DEFICIENCIA DE ENSINAR: FORMAÇÃO DOCENTE, INCLUSÃO E CONFLITOS NA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, os autores Rubens Venditti Júnior, Márcio Pereira da Silva, Milton Vieira do Prado Júnior, Amanda Scucuglia Cezar, Cristian Eduardo Luarte Rocha, Luis Felipe Castelli Correia de Campos Buscam pesquisar como os professores de EF em geral conseguem atender às necessidades dos Deficientes Intelectuais (DI), tendo em vista que a função do professor é ensinar de maneira eficaz e inclusiva, ao passo que ainda encontramos a carência de oportunidades e poucos oferecimentos de atividades ao público PCD, principalmente na especificidade da DI. No artigo a docência como profissão na sociedade midiática: implementação de projeto PIBID em escola pública PAULISTA, os autores Rosemara Perpetua Lopes, João Paulo Cury Bergamim, Eloi Feitosa buscam apresentar resultados de um projeto que teve como objetivo propiciar a aprendizagem da docência a alunos de um curso de Licenciatura em Física, desenvolvido em escolas estaduais de uma cidade do interior paulista, com foco nas especificidades do campo de atuação do professor e nas exigências atuais que pairam sobre esse profissional. No artigo A FORMAÇÃO ACADEMIA DE GINÁSTICA ARTÍSTICA NA LICENCIATURA DE UMA UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, os autores Camila Fornaciari FELICI, Virginia Mara Próspero da CUNHA, Livia Roberta da Silva VELLOSO, os autores buscam analisar a prática pedagógica de um professor do curso de licenciatura em Educação Física de uma universidade do Vale do Paraíba, na disciplina de Ginástica Artística. No artigo A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO SUDESTE GOIANO, as autoras Janaina Cassiano Silva, Priscilla de Andrade Silva Ximenes, Altina Abadia da Silva, Eliza Maria Barbosa buscam por meio de um projeto de extensão, com financiamento do PROEXT, que teve como objetivo promover um processo de avaliação, reflexão e socialização dos conhecimentos da Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica, ampliando as possibilidades de atuação da equipe pedagógica da educação infantil de um município do sudeste goiano. No artigo A FORMAÇÃO CONTINUADA E O CURRÍCULO NA ÁREA DE ALFABETIZAÇÃO E LINGUAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, a autora Isabela Bilecki da CUNHA analisa os índices insatisfatórios de alfabetização dos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental da rede municipal de São Paulo nos anos 2000 que levaram a adoção de propostas de formação docente com foco no processo de alfabetização e aquisição de habilidades na leitura e na escrita nas gestões de Marta Suplicy (2001-2004), com o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), e de José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2006-2012) com o Programa “Ler e Escrever”. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES POLIVALENTES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS, a autora Renata Nassralla Kassis buscou

examinar o conteúdo das falas de treze professoras polivalentes obtidas em encontros de Grupo Focal cujos dados foram interpretados à luz de Pimenta, Freire, Fusari e Silva Cruz, dentre outros. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DO TRABALHO COM O AMBIENTE ALFABETIZADOR, as autoras Francine de Paulo Martins Lima, Cláudia Barbosa Santana Mirandola, Helena Maria Ferreira buscam discutir as possibilidades de articulação teoria e prática na formação do professor alfabetizador a partir do trabalho com o tema ‘ambiente alfabetizador’. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: OPORTUNIDADE PARA A INOVAÇÃO E MELHORIA DOCENTE EM PATRIMÔNIO URBANO E PLANEJAMENTO, os autores Daniel Navas-Carrillo, Ana Rosado, Juan-Andrés Rodríguez-Lora, María Teresa Pérez-Cano, buscam descrever o ciclo de melhorias implementado na disciplina de “Patrimônio Urbano e Planejamento” da licenciatura em Arquitetura da Universidade de Sevilha. No artigo A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E O ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA FACULDADE PRIVADA DO INTERIOR DO ESPIRITO SANTO, as autoras Sandra Maria Guisso e Geide Rosa Coelho, buscam investigar como o ensino de ciências está inserido no curso de pedagogia de uma faculdade privada do interior do Espírito Santo. No artigo A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DE LICENCIATURA, os autores Simone Guimarães Custódio, Irene Matsuno, Sebastião Raimundo Campos, Márcia M. D. Reis Pacheco, Suelene Regina Donola Mendonça, Marilza Terezinha Soares de Souza, buscaram através de entrevistas saber um pouco da trajetória profissional de professores que através dos relatos biográficos, contribuíram para configurar a sua vida pessoal e profissional. No artigo A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO GRANDE ABC, os autores Daniela Silva e Costa SANTANA, Elisabete Filomena dos SANTOS, Nanci Carvalho Oliveira de ANDRADE, Clarice Schöwe JACINTO, Paulo Sergio GARCIA Buscaram investigar e analisar a infraestrutura escolar de Educação Infantil da Região do Grande ABC. No artigo A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO, os autores Ivair Fernandes de AMORIM e Eder Aparecido de CARVALHO o presente estudo busca evidenciar os principais conceitos presentes no regramento legal e institucional analisado assim como evidenciar lacunas e eventuais fragilidades. No artigo A LITERATURA COMO RECURSO FACILITADOR NO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA DA CRIANÇA SURDA a autora Maria de Lourdes da Silva busca compreender como a literatura pode auxiliar a criança surda no processo de aquisição da leitura e escrita, dentro de uma proposta de ensino bilíngue. No artigo A ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PELO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NOVATO: DESAFIOS, QUALIDADES E IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE, os autores Maisa ALTARUGIO e Samuel de SOUZA NETO busca identificar

e analisar as qualidades ou recursos pessoais (LE BOTERF, 2002) e profissionais (TARDIF, 2010) que são mobilizados e desenvolvidos por um docente universitário novato que assume, sem preparação ou formação prévia, a responsabilidade do papel de orientador de estágios supervisionados. O artigo A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE, os autores Francisca de Moura MACHADO, Eustáquio José MACHADO, Diego Viana Melo LIMA busca analisar as políticas de formação docente para a inclusão, com foco nas vozes dos professores do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais. No artigo A PROPOSTA DE PIERRE MONBEIG, AROLDO DE AZEVEDO E MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO PARA O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA (1935), os autores João Luiz Cuani Junior e Márcia Cristina de Oliveira Mello . trata-se de pesquisa documental e bibliográfica desenvolvida por meio de localização e análise de fontes documentais, dentre elas o texto "O ensino secundário da Geografia", publicado no ano de 1935, na revista Geografia. No artigo A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM POR PROJETOS NO ENSINO FUNDAMENTAL os autores Gabriela Correia da Silva Zulind Luzmarina Freitas, Carolina Zenero de Souza, Lilian Yuli Isoda buscou-se realizar o levantamento bibliográfico de estudos referentes a Projetos realizados em Escolas, em particular Projetos realizados por Professores de Matemática. No artigo A UTILIZAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ECOLOGIA, os autores Roberta Seixas, Denise Maria Margonari, Carolina Xavier Esteves, Paulo Rennes Marçal Ribeiro buscaram pesquisar novos modelos avaliativos, que pudessem proporcionar uma maior abrangência de questões a serem investigadas, que não fossem somente as de caráter formativo e científico, mas que oferecessem um olhar mais amplo acerca de pontos que poderiam ser desvelados por meio de construção de histórias em quadrinhos.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PROVA ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DOS PRIMEIROS ANOS DA BAIXADA SANTISTA	
Cícero Guilherme da Silva Everton Gomes Silva Maria Alves de Souza Filha Nilcéia Saldanha Carneiro Patrícia Scatolin Teixeira Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.6991930051	
CAPÍTULO 2	11
COMPARTILHANDO SABERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Alexandre Montagna Rossini Amanda Ribeiro Vieira Juliana Cristina Perlotti Piunti Plinio Alexandre dos Santos Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.6991930052	
CAPÍTULO 3	22
¿PARA QUÉ SIRVEN LAS HUMANIDADES MÉDICAS? CONSIDERACIONES SOBRE LA MEDICIÓN DE SU IMPACTO	
Isabel Morales Benito	
DOI 10.22533/at.ed.6991930053	
CAPÍTULO 4	36
APRENDIZAGEM EM AMBIENTE DE INOVAÇÃO NO IFSP: RELATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (OBG)	
Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol Lucas Labigalini Fuini Elias Mendes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6991930054	
CAPÍTULO 5	49
METODOLOGIA ATIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE CONCEITOS MATEMÁTICOS	
Sabrina Sacoman Campos Alves Elton Lopes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6991930055	
CAPÍTULO 6	56
A AUTONOMIA DOCENTE NO CONTEXTO DE USO DOS SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO	
Tatiana Noronha de Souza Maristela Angotti	
DOI 10.22533/at.ed.6991930056	

CAPÍTULO 7	67
A APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS GEOMÉTRICOS POR MEIO DO RECURSO DO DESENHO GEOMÉTRICO: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Robinson Neres de Oliveira José Roberto Boettger Giardinetto	
DOI 10.22533/at.ed.6991930057	
CAPÍTULO 8	79
A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELACIONANDO A FORMAÇÃO E A PRÁTICA PROFISSIONAL	
Heitor Luiz Borali	
DOI 10.22533/at.ed.6991930058	
CAPÍTULO 9	95
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A AUTONOMIA DO PROFESSOR	
Lucimara Del Pozzo Basso Marcia Reami Pechula	
DOI 10.22533/at.ed.6991930059	
CAPÍTULO 10	106
A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA E A MOBILIZAÇÃO DE SABERES DOCENTES POR PROFESSORES ATUANTES NUM PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Francine de Paulo Martins Lima Helena Maria Ferreira Giovanna Rodrigues Cabral Daiana Rodrigues dos Santos Prado	
DOI 10.22533/at.ed.69919300510	
CAPÍTULO 11	118
A DEFICIÊNCIA DE ENSINAR: FORMAÇÃO DOCENTE, INCLUSÃO E CONFLITOS NA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	
Rubens Venditti Júnior Márcio Pereira da Silva Milton Vieira do Prado Júnior Amanda Scucuglia Cezar Cristian Eduardo Luarte Rocha Luis Felipe Castelli Correia de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.69919300511	
CAPÍTULO 12	136
A DOCÊNCIA COMO PROFISSÃO NA SOCIEDADE MUDIÁTICA: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO PIBID EM ESCOLA PÚBLICA PAULISTA	
Rosemara Perpetua Lopes João Paulo Cury Bergamim Eloi Feitosa	
DOI 10.22533/at.ed.69919300512	

CAPÍTULO 13	149
A FORMAÇÃO ACADEMIA DE GINÁSTICA ARTÍSTICA NA LICENCIATURA DE UMA UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	
Camila Fornaciari Felicio Virginia Mara Próspero Da Cunha Livia Roberta Da Silva Velloso	
DOI 10.22533/at.ed.69919300513	
CAPÍTULO 14	161
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO SUDESTE GOIANO	
Janaina Cassiano Silva Priscilla de Andrade Silva Ximenes Altina Abadia da Silva Eliza Maria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.69919300514	
CAPÍTULO 15	174
A FORMAÇÃO CONTINUADA E O CURRÍCULO NA ÁREA DE ALFABETIZAÇÃO E LINGUAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Isabela Bilecki Da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.69919300515	
CAPÍTULO 16	185
A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES POLIVALENTES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS	
Renata Nassralla Kassis	
DOI 10.22533/at.ed.69919300516	
CAPÍTULO 17	200
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DO TRABALHO COM O AMBIENTE ALFABETIZADOR	
Francine de Paulo Martins Lima Cláudia Barbosa Santana Mirandola Helena Maria Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.69919300517	
CAPÍTULO 18	215
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: OPORTUNIDADE PARA A INOVAÇÃO E MELHORIA DOCENTE EM PATRIMÔNIO URBANO E PLANEJAMENTO	
Daniel Navas-Carrillo Ana Rosado Juan-Andrés Rodríguez-Lora María Teresa Pérez-Cano	
DOI 10.22533/at.ed.69919300518	

CAPÍTULO 19	231
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E O ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA FACULDADE PRIVADA DO INTERIOR DO ESPIRITO SANTO	
Sandra Maria Guisso Geide Rosa Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.69919300519	
CAPÍTULO 20	242
A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DE LICENCIATURA	
Simone Guimarães Custódio Irene Matsuno Sebastião Raimundo Campos Márcia M. D. Reis Pacheco Suelene Regina Donola Mendonça Marilza Terezinha Soares de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.69919300520	
CAPÍTULO 21	254
A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO GRANDE ABC	
Daniela Silva e Costa Santana Elisabete Filomena Dos Santos Nanci Carvalho Oliveira De Andrade Clarice Schöwe Jacinto Paulo Sergio Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.69919300521	
CAPÍTULO 22	265
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO	
Ivair Fernandes de Amorim Eder Aparecido de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.69919300522	
CAPÍTULO 23	278
A LITERATURA COMO RECURSO FACILITADOR NO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA DA CRIANÇA SURDA	
Maria de Lourdes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.69919300523	
CAPÍTULO 24	290
A ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PELO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NOVATO: DESAFIOS, QUALIDADES E IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Maise Altarugio Samuel De Souza Neto	
DOI 10.22533/at.ed.69919300524	

CAPÍTULO 25	301
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE	
Francisca De Moura Machado Eustáquio José Machado Diego Viana Melo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.69919300525	
CAPÍTULO 26	312
A PROPOSTA DE PIERRE MONBEIG, AROLDO DE AZEVEDO E MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO PARA O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA (1935)	
João Luiz Cuani Junior Márcia Cristina de Oliveira Mello	
DOI 10.22533/at.ed.69919300526	
CAPÍTULO 27	321
A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM POR PROJETOS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Gabriela Correia da Silva Zulind Luzmarina Freitas Carolina Zenero de Souza Lilian Yuli Isoda	
DOI 10.22533/at.ed.69919300527	
CAPÍTULO 28	333
A UTILIZAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ECOLOGIA	
Roberta Seixas Denise Maria Margonari Carolina Xavier Esteves Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.69919300528	
SOBRE A ORGANIZADORA	346

A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES POLIVALENTES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS

Renata Nassralla Kassis

Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP –
Campus Pimentas.

Programa de Pós-Graduação em Educação.
Guarulhos – São Paulo

RESUMO: Em que medida a Formação Inicial em Pedagogia, ocorrida em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas da Grande São Paulo, contribui com a prática docente das professoras e professores polivalentes iniciantes que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas estaduais? O presente trabalho, de cunho qualitativo, examinou o conteúdo das falas de treze professoras polivalentes obtidas em encontros de Grupo Focal cujos dados foram interpretados à luz de Pimenta, Freire, Fusari e Silva Cruz, dentre outros. O estudo revela que a Formação Inicial em Pedagogia nas IES privadas está bastante distanciada das necessidades da escola pública, preparando professoras com frágil fundamentação teórica e apartada da realidade das salas de aula. A noção de polivalência, característica formal da profissão, é preterida e os saberes das professoras são constituídos, com maior ênfase, na socialização com as/os colegas mais experientes. Aponta, ainda, para a necessidade da reestruturação do estágio curricular obrigatório oferecido

pela IES no sentido de firmar parcerias com escolas das redes públicas, num movimento de corresponsabilidade entre Instituições formadoras e escolas públicas. Infere-se a urgência do Estado comprometer-se com a formação dos professores e professoras polivalentes, em IES públicas, a partir da construção de políticas que tornem isso possível ou que, minimamente, possam regular as IES privadas para que atuem em consonância com as necessidades da educação escolar pública emancipatória, transformadora e de qualidade socialmente referenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia. Formação Inicial. IES privadas. Polivalência. Prática Docente.

ABSTRACT: To what extent does the Initial Training in Pedagogy, held in private Higher Education Institutions (HEIs) in the metropolitan area of São Paulo, contribute to the teaching practice of recently graduated multipurpose teachers who work in public state schools in the early years of elementary school? This qualitative nature study examines the contents of thirteen multipurpose teachers' statements, obtained in focus group meetings whose empirical data is interpreted in the light of theoretical framework based on the following writers: Pimenta, Freire, Fusari, Silva Cruz and others. The study shows that initial training in

pedagogy in private Higher Education Institutions is way too distant from the public school needs, preparing multipurpose teachers with little theoretical basis and apart from the reality of classrooms. The notion of multipurpose development, formal characteristic of their profession, is not taken into account in the initial training and their knowledge is constituted while socializing with the most experienced teachers. The research also points out to the need of restructuring the mandatory curricular apprenticeship program, offered by HEIs, in order to establish partnerships with public schools. It's inferred, therefore, that the State Government must be urgently committed to the multipurpose teacher training in public HEIs, starting with the creation of policies that make this training possible or, at least, supervise private HEIs in order to ensure that they act with quality and in accordance with the needs of public school education.

KEYWORDS: Pedagogy. Initial training. Private HEI's. Multipurpose development. Teaching practice.

1 | INTRODUÇÃO

A questão central que orienta este trabalho inscreve-se na importância de construir referenciais para a compreensão acerca da contribuição dos cursos de Pedagogia em Instituições de Ensino Superior privadas na formação inicial de professoras e professores polivalentes para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No que tange à função social da educação e, em especial da educação básica, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), apoiada pela Constituição Federal (CF) de 1988, aporta o reconhecimento de que a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental constituem-se como etapas imprescindíveis no desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, cuja oferta é complementar à ação da família e da comunidade, e que têm como finalidade propiciar a formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, além de gerar e fortalecer a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade (BRASIL, 1996).

Especialmente em tempos de expansão das ideologias conservadoras que provocam profundas modificações na sociedade civil estimulando a fragmentação social e enfraquecendo a construção de valores e ideais de solidariedade, democracia e justiça social, a educação pública encontra-se desafiada a repensar seu arranjo e seus propósitos a fim de enfrentar os desafios que se colocam neste cenário, especialmente quando se constata que as sociedades regidas por modelos econômicos neoliberais acirram o distanciamento entre os privilegiados e os espoliados (Santomé, 2003).

A escola pública tem a responsabilidade de atuar no sentido da formação e da transformação na vida dos indivíduos que dela participam, tendo o compromisso de

dialogar com a evolução da própria sociedade. E uma das discussões mais relevantes da contemporaneidade, diz respeito à qualidade da educação pública.

Em que medida, portanto, a qualidade da educação básica oferecida pelos sistemas públicos de ensino vem garantindo a efetivação da prescrita função social no processo de formação de homens e mulheres como sujeitos históricos?

A elevação da qualidade da educação básica depende, dentre outros fatores, da melhoria da formação inicial dos professores e professoras polivalentes ocorrida no âmbito das Instituições de Ensino Superior, sejam públicas ou privadas, para que se viabilize a impreterível ampliação qualitativa na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Assim, faz-se obrigatório analisar a questão com base na intersecção entre políticas públicas de formação de professores no Brasil, a qualidade social da educação básica e a proliferação das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas formadoras, bem como dos cursos de Pedagogia por elas oferecidos.

A pesquisa que deu origem a este artigo inseriu-se na linha de “Políticas Educacionais e Formação de Educadores” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos, finalizada em 2015, que teve como objetivo geral buscar compreender em que medida a prática docente dos alunos egressos dos cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Privadas do município de São Paulo, que estão atuando como professores polivalentes do Ciclo I do Ensino Fundamental em escolas públicas estaduais, é impactada pela sua formação inicial e, ainda, verificar se esses cursos preparam em consonância com a necessidade de se formar professores na perspectiva da polivalência, conceito ainda pouco aprofundado pela literatura da área. Compreender o entendimento destes professores sobre sua atividade docente, que ocorre na perspectiva da polivalência, e a maneira como organizam e efetivam sua prática, nos proporciona problematizar o modo como as IES privadas têm se comprometido com a formação inicial destes profissionais.

O estudo, de abordagem qualitativa, contou com revisão de literatura e aplicação de Grupo Focal, com objetivo exploratório, para posterior Análise do Conteúdo das falas declaradas por treze professoras polivalentes iniciantes, egressas dos cursos de Pedagogia de IES privadas da Grande São Paulo e que atuam no ciclo I do Ensino Fundamental em duas escolas públicas estaduais da cidade de São Paulo, acerca de sua atividade docente polivalente, com intuito de verificar em que medida suas práticas são impactadas pela formação inicial. Interessante apontar que, dentro do perfil proposto, todas as professoras participantes da pesquisa eram mulheres, o que aponta para uma sempre necessária discussão de gênero e o processo de feminização do magistério, embora este artigo não intente explorar o assunto. A partir deste ponto do texto, portanto, iremos marcar essa questão nos referindo às participantes da pesquisa somente como “professoras”, no feminino.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir, de maneira consequente, com o debate sobre formação de professores e professoras polivalentes ressaltando a

necessidade da inter e da transdisciplinaridade como condições essenciais para essa formação, sobretudo humana, mas que tenha como princípios o desenvolvimento da competência técnico-científica e o compromisso político (FREIRE, 2001) do educador e da educadora que irá atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especialmente na rede pública de ensino.

2 | FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS E PROFESSORES POLIVALENTES E O ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Para assegurar a elevação da qualidade da escola pública, de maneira precípua, é necessário que se invista na formação dos professores que, efetivamente, são os responsáveis por desencadear a produção do conhecimento. Realizados competentemente, os processos educativos possibilitam o empoderamento e a libertação dos indivíduos das situações de opressão, oferecendo argumentos para uma efetiva leitura de mundo, por meio de sua conscientização, facultando o acesso à emancipação humana e à transformação social através do compartilhamento dos saberes historicamente acumulados e sistematizados pelas sociedades. Nesse sentido, a qualidade social da educação, da universalização do ensino e do currículo da escola básica, além da constituição dos saberes docentes e da polivalência, tangenciam a questão da formação de professores e professoras polivalentes e necessitam ser sublinhados.

A trajetória do ensino superior no Brasil, ao longo da história, é marcada por grande descontinuidade de propostas e políticas educacionais, especialmente no que se refere à relação com o Estado enquanto poder central de controle. Sua evolução, no período compreendido entre 1808 e 1990, aponta a ideológica existência de uma cisão profunda entre docência e pesquisa, teoria e prática, pensar e fazer, subordinação e autonomia, ditada por Reformas, rupturas entre Estado e Igreja e pelo surgimento de instituições particulares, que trouxeram uma nova representação à formação de profissionais no nível superior.

Entre 1980 e 1990, significativos passos foram dados no sentido de democratizar o acesso ao ensino fundamental obrigatório, melhorando o fluxo de matrículas, ampliando a quantidade de crianças de 6 anos ao sistema educacional e promovendo a expansão do ensino médio. Todavia, a evolução do magistério ainda é lenta, tardia, arrastada e amarrada a inúmeras variáveis, especialmente àquelas de ordem política e econômica balizadas pelo pensamento neoliberal, o qual vem garantindo seu espaço numa sociedade esperançosa por desenvolvimento, mas sem bases sólidas educacionais escolares, o que dificulta a análise da própria sociedade sobre os rumos necessários e os enfrentamentos inevitáveis. Embora seja possível apontar um aumento no número de matrículas na educação básica nacional, especialmente em creches (crescimento de 72,8% desde 2007), segundo dados do INEP de 2013,

a qualidade da educação pública ainda fica em segundo plano, pois as condições mínimas de funcionamento são precaríssimas.

A formação de professoras, igualmente, percorreu um longo caminho antes de se configurar nos moldes atuais, tendo como primeiro marco histórico os cursos Normais que, de maneira inédita, preconizavam uma formação específica para aquelas que iriam atuar nas escolas primárias e, embora incipientes esforços tenham sido despendidos no sentido de se elevar a formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental para o nível superior, com a Universidade do Distrito Federal, em 1935, e a Escola de Professores de Anísio Teixeira, a Escola Normal manteve-se responsável pela formação dos professores primários. Nessa esteira, seguiram-se as Reformas das décadas de 1930 e 1960, quando se deu a criação do curso de Pedagogia, em 1939, mas que nascia com a vocação de formar técnicos em educação, em nível de bacharelado, mas não dialogava, de modo algum, com a formação de professores dos anos iniciais (BRZEZINSKI, 1996). Regulamentado em 1972, após muitos embates advindos da Reforma Universitária de 1968, o curso de Habilitação Específica para o Magistério (HEM), oferecido em nível de segundo grau profissionalizante, refletia o pensamento educacional oficial baseado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, características de um país contornado por fortes concepções tecnicistas, e viera substituir a Escola Normal.

Somente com a LDBEN 9.394/96, consolidou-se a obrigatoriedade da formação, em nível superior, para o professor polivalente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, afirmando a relevância do âmbito acadêmico para a formação deste profissional, que necessita desenvolver competências gerais, específicas e pessoais durante sua graduação. Finalmente, em 2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais declararam que o curso de pedagogia deve garantir a articulação entre a docência, a gestão educacional e a produção do conhecimento na área da educação.

Pimenta (2012) aponta o descompasso entre o crescimento quantitativo dos sistemas de ensino e a questão da qualidade da formação de professores para a educação básica.

No caso da educação escolar, constatamos no mundo contemporâneo que ao crescimento quantitativo dos sistemas de ensino não tem correspondido um resultado formativo (qualitativo) adequado às exigências da população envolvida, nem às exigências das demandas sociais. Que professor se faz necessário para as necessidades formativas em uma escola que colabore para os processos emancipatórios da população? Que opere o ensino no sentido de incorporar as crianças e os jovens no processo civilizatório com seus avanços e seus problemas? (PIMENTA 2012, p.20)

De acordo com pesquisa coordenada por Pimenta e Fusari no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Formação do Educador (GEFEFE/FE-USP, 2014) acerca da formação inicial de professores para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, dados gerais dos cursos e das Instituições de Ensino Superior

Privadas revelam que dos 144 cursos analisados, num universo de 283 cursos de Pedagogia identificados e que estão em atividade no estado de São Paulo, 125 (86,80%) são ofertados por IES privadas e apenas 19 (13,20%) por IES públicas. Ainda, anunciam que a região Sudeste do país é a que mais oferece cursos dessa natureza, concentrados principalmente no Estado de São Paulo, sendo que, em 2008, 90% destes cursos eram oferecidos por instituições privadas (faculdades, em sua maioria) e apenas 10% por instituições públicas (universidades). Destacam que os cursos têm sido organizados em termos curriculares, sem a presença da abordagem interdisciplinar, além de apontar os baixos investimentos das IES privadas na qualificação do corpo docente e a carência de um currículo adequado, de programas de estágios melhor definidos e de recursos materiais e investimentos na formação continuada de seus profissionais.

Em razão dos baixos investimentos das IES privadas, a qualidade do ensino de nível superior tem ficado aquém do desejável, o que se reflete na formação inadequada das professoras polivalentes. Nesta direção, buscar compreender a questão a partir da fala das educadoras iniciantes que cursaram Pedagogia em IES privadas e que, no momento, estão atuando na educação pública, enfrentando cotidianamente a complexidade dos meandros sua prática docente, foi nosso principal desafio.

3 | OS SABERES DA PROFESSORA E DO PROFESSOR POLIVALENTE E OS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL

A conquista de uma sociedade pautada pela realização dos direitos humanos essenciais apoia-se na ideia da formação dos cidadãos por meio de caminhos que possibilitem melhorar sua condição de vida e de existência. A função da escola pública é possibilitar o acesso à emancipação humana e à transformação social através do compartilhamento dos saberes historicamente acumulados e sistematizados pelas sociedades. Cabe à escola auxiliar na formação de cidadãos críticos, reflexivos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de realizar efetivas leituras de mundo no sentido de perceber e descortinar a realidade que os cerca, a fim de poderem participar ativamente da vida social, política e econômica do país, contribuindo, desta maneira, para a construção de uma sociedade mais justa, humana e generosa.

Espera-se que a escola garanta a difusão de conteúdos culturais básicos: a escola como um espaço transformador e que assegure a prática do pensamento divergente no sentido de problematizar os conhecimentos e, para, além disso, indagar, construir e reconstruir a própria ciência, oferecendo insumos para os indivíduos atuarem socialmente na condição de partícipes do processo de humanização e (re)construção social, sendo corresponsáveis pelos rumos e decisões da evolução da coletividade. Isso não se refere, ingenuamente, a uma escola redentora da humanidade, mas como a utopia que nos move.

As políticas educacionais sempre têm caráter de idealização e carregam consigo uma imprescindível dimensão utópica. A utopia/esperança é assumida por Freire (2006) como condição antropológica na criação de condições para a emancipação humana através da educação e corroborada por Rios (1997) quando propõe a articulação entre utopia e os projetos em educação como modo de enfrentamento das crises e posicionamento político.

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que, as vezes, se alonga em trágico desespero. Daí, a precisão de uma certa importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero. Desesperança e desespero, consequência e razão de ser da inação ou do imobilismo.” (FREIRE, 2009, p.11)

É necessário, entretanto, que ao sonho e à esperança, some-se uma prática docente, considerada aqui na perspectiva dialética ou histórico-crítica, sustentada pela noção de *práxis* educativa (Vásquez, 2007), não podendo ser entendida de maneira isolada, mas sim intencional e fundamentada, considerando que defendemos uma pedagogia emancipadora aportada numa educação enquanto realização revolucionária, que transforma a realidade. A *práxis* deveria ser perspectiva indispensável aos cursos de formação inicial de educadores e fundamental para a formação das professoras polivalente.

Igualmente, é essencial que entendamos a prática docente a partir da noção de “professor reflexivo”, com bases no conceito de reflexão em Schon (1992) que destacou a importância da valorização da prática profissional como caminho para a construção do conhecimento e nos alertou, desse modo, para a necessidade da prática reflexiva na formação profissional, que se baseia na “consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracterizam o ser humano como criativo e não como mero reprodutor de ideias e práticas que lhes são exteriores”(Alarcão, 2011). Reconhecer os meandros do conceito “*professor reflexivo*” significa valorizar o potencial da dimensão político-epistemológica do mesmo que incide, diretamente, na questão da formação de professoras e nas condições do próprio exercício da profissão docente.

Importa, ainda, considerar que toda prática ocorre em situações concretas e, portanto, são mediadas por contextos variados, institucionais, locais e em relação à própria subjetividade dos professores, que impactam diretamente nas condições de trabalho e na própria prática dos educadores, como destaca Pinto (2015). De acordo com Lima (2007), um dos aspectos imprescindíveis à prática docente do professor polivalente é o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar e, para além deste entendimento, transdisciplinar.

Desse modo, nos importou buscar perceber se os cursos de Formação Inicial em Pedagogia nas IES privadas trabalham na direção dos princípios e saberes aqui destacados e que, sobremaneira, impactam na prática docente dos que atuam na

educação pública contemporânea.

Freire (1996), Pimenta (1999;2012) e Tardiff (2002) destacam que saberes, competências e atitudes devem estar implicados na ação educativa dos professores e professoras. Pimenta (2012, p.18) assinala que a natureza do trabalho do professor “é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados” e, portanto, os cursos de Licenciatura necessitam desenvolver nos educandos habilidades, atitudes, valores e, essencialmente, conhecimentos que lhes permitam construir seus próprios saberes docentes a partir das mediações do cotidiano escolar. Espera-se, assim, que um curso de Licenciatura em Pedagogia se constitua como um espaço de diálogo onde os aprendizes possam articular os conhecimentos teóricos com a prática e a realidade social, por meio do desenvolvimento de sua capacidade investigativa do processo educativo e do processo de (re)construção permanente de sua identidade docente.

Do professor polivalente, espera-se que trabalhe com seus aprendizes na perspectiva da inter e da transdisciplinaridade, articulando os conteúdos de modo coerente e com vistas à realidade concreta de seus educandos no sentido de que a interação entre disciplinas possibilite a formulação de um saber crítico-reflexivo que, de fato, é a essência do processo educativo.

Destarte seja solicitado do professor dos anos iniciais uma prática docente polivalente, há uma notória contradição na medida em que os cursos de Pedagogia parecem trabalhar seus conteúdos de maneira compartimentada, sem um eixo integrador, num viés conteudista e apartado das necessidades reais da escola pública. Na medida em que os cursos de formação inicial se configuram como corresponsáveis pelo trabalho dos profissionais da educação, essa incoerência se torna alarmante, pois atuam na contramão do que se idealiza para o processo de ensino e de aprendizagem. Trabalhar na perspectiva interdisciplinar exige do professor uma postura colaborativa conduzida por metodologias e didática adequadas para essa perspectiva. Fazenda (1979, p.52) aponta que a “interdisciplinaridade é uma forma de compreender e modificar o mundo”. Somente por meio do ensino interdisciplinar, considerado no aspecto histórico-crítico da educação, é que os professores polivalentes possibilitarão que seus alunos tenham uma aprendizagem eficaz e compreendam a realidade em toda sua complexidade, construindo e ressignificando seu papel frente à sociedade em que estão inseridos, local e globalmente. Sobretudo, não podem prescindir do trabalho inter e transdisciplinar na medida em que ele está diretamente implicado no conceito e na profissionalidade polivalente ou tampouco destituir-se da atitude reflexiva (Pimenta e Ghedin, 2005) e da ação na perspectiva da *práxis* (Vásquez, 2007).

No entanto, as fragilidades dos cursos de formação de professores polivalentes para a educação básica são muitas e profundas. As Licenciaturas em Pedagogia, por princípio e legalidade, devem preparar profissionais com habilidades, atitudes, valores e conhecimentos essenciais que, *a posteriori*, permitam a construção de saberes contornados pela sua experiência profissional (Pimenta & Fusari, 2014). Gatti (2010)

afirma que as características observadas nos cursos de formação inicial de professores e a ausência de um eixo formativo claro para a docência indicam frágil preparação para o exercício do magistério polivalente.

4 | ENTRE A PROFISSIONALIZAÇÃO E A PROFISSIONALIDADE DOCENTE POLIVALENTE

No âmago da reflexão acerca do professor e da professora polivalente, tanto na constituição de sua identidade docente quanto na instituição de suas práticas, estão imbricadas relações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Percebe-se que esses profissionais desempenham, por muitas vezes, o papel de aplicadores das políticas públicas que chegam prontas às unidades escolares. No geral, a elaboração de tais políticas e propostas educacionais excetuam os professores, numa clara menção à divisão do trabalho que caracteriza o modo de produção capitalista e que gera resultados desastrosos na educação básica.

Azzi (2005, p.138), entretanto, identifica o trabalho docente como práxis na medida em que os professores dos anos iniciais do ensino fundamental possuem “um controle e uma autonomia, mesmo que relativos, em seu processo de trabalho, conferindo-lhe uma singularidade própria, decorrente de suas condições pessoais e do contexto onde atua”.

Ambrosetti e Almeida (2008) julgam que o conceito de profissionalidade polivalente ainda está em construção, pois abarca duas dimensões: uma centrada na profissionalização que “reflete uma relação entre os elementos da regulação social da profissão” (p.135) e outra centrada nos aspectos individuais dos sujeitos que vivem e constroem a profissão de professor considerando, nesse contexto, os conhecimentos constituídos na prática do exercício docente que, de certo modo, constituem o próprio processo de profissionalização.

De qualquer modo, a polivalência é característica fundante do trabalho do professor e da professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental e, como tal, merece ser olhada acuradamente tanto em seu viés do ensino de diversas áreas do conhecimento mas, e especialmente, na perspectiva de um profissional que realiza a sinergia entre os desejos dos alunos e os saberes do mundo e das ciências. Para tanto, a interdisciplinaridade faz-se condição para a realização da prática docente polivalente. Interdisciplinaridade que, aqui, é entendida como uma atitude, uma ação, um novo pensar diante do saber, diante da vida e do fazer educação, premissa imprescindível para o desempenho da docência polivalente de qualidade e na direção de se conseguir garantir uma escola pública que assuma o compromisso com essa qualidade em suas salas de aula, pelas mãos das professoras polivalentes, conforme Nóvoa (2000) nos ensina.

Importa ressaltar que a interdisciplinaridade comprometida com a aprendizagem

significativa não tende a prescindir ou eliminar os componentes curriculares, mas, ao contrário, uni-los para que integrem um significado real para a vida dos educandos, na superação do pensamento fragmentado. A visão fragmentada, estabelecida pelo trabalho em disciplinas estanques e que não se relacionam, dificulta a aprendizagem do aluno e não estimula o desenvolvimento de sua inteligência e tampouco sua capacidade de resolver problemas e estabelecer conexões entre os fatos e acontecimentos da vida social e dos próprios conceitos socializados na educação escolar. “O parcelamento e a compartimentação dos saberes impedem apreender o que está tecido junto” (MORIN, 2002, p.45). E nesse sentido, Gatti (2008) adverte que o trabalho interdisciplinar, por si só, é complexo e requer aprofundamento disciplinar lógico-conceitual para a constituição das condições do diálogo entre os conteúdos e entre as pessoas. E ainda mais difícil fica quando se detecta a forma com se apresentam os currículos dos cursos de Pedagogia.

Como, então, pode o professor polivalente efetivar uma atuação interdisciplinar tendo uma precária formação disciplinar nos cursos de Pedagogia?

De maneira mais ampla e profunda, nos coube perguntar: as IES privadas tem contemplado discussões sobre a profissionalização e a profissionalidade polivalente, promovendo em seus currículos reflexões acerca da interdisciplinaridade enquanto indissociável da prática polivalente, da perspectiva da *práxis* e, igualmente, sobre o compromisso político dos professores e professoras com a educação pública de qualidade social?

5 | O QUE DIZEM AS PROFESSORAS: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR PRIVADO E A PRÁTICA DOCENTE DAS PROFESSORAS POLIVALENTES

A partir da Análise do Conteúdo das falas declaradas pelas participantes da pesquisa nos encontros de Grupo Focal, algumas inferências foram possíveis, no sentido de examinar a contribuição da formação inicial das IES privadas na prática docente das professoras polivalentes iniciantes que atuam com os anos iniciais do Ensino Fundamental em duas diferentes escolas públicas estaduais da cidade de São Paulo. Revelaram-se questões significativas que nos provocam olhar acuradamente para o ensino superior privado, que tem a primazia na formação dos professores polivalentes da contemporaneidade, e às necessidades formativas desses profissionais a partir da perspectiva da polivalência, que contorna a atividade docente e a profissionalidade das professoras. A análise dos dados foi realizada utilizando-se de transcrições literais das gravações das reuniões dos Grupos Focais, das notas tomadas e das memórias geradas e alicerçadas nos objetivos da pesquisa, buscando identificar e organizar elementos que evidenciassem a relevância dos momentos de preparação, mediação/ desenvolvimento e avaliação da prática docente das professoras que nos permitiram, assim, identificar as categorias de análise. Foram, então, destacadas quatro categorias,

apresentadas aqui por ordem da recorrência nas falas das participantes: a) Relação entre teoria e prática; b) prática docente; c) Defesa da escola pública; d) Polivalência.

Destarte todas as adversidades da profissão, desde os baixos salários e condições precárias de trabalho até as dificuldades de transporte às unidades escolares onde atuam, as professoras mantêm sua crença na educação pública como possibilidade de mudança e *locus* democrático de formação humana. No entanto, demonstram dificuldades em apreender conexões entre suas condições de trabalho, a questão da proletarização do trabalho docente e a relação com o curso de Pedagogia que fizeram, o que nos impõe perceber o quanto a formação inicial deixou de discutir questões contextuais que as impedem, quando em sua atuação profissional, de realizar uma análise aprofundada das condições objetivas da realidade do trabalho docente e de sua própria profissionalidade.

Muitas são as mediações implicadas na prática docente da professora polivalente: as normas e regras da unidade escolar; os desejos e necessidades de seus alunos e alunas; as inúmeras políticas públicas que geram cobranças e, assim, contornam explicitamente a direção de suas aulas; a carência de materiais e recursos didáticos; os saberes de sua própria experiência; dentre outras. Assim, sua prática docente necessita ser compreendida à luz de questões contextuais que a circundam, relativizando-a a partir das condições materiais, objetivas, onde esta prática ocorre (PINTO, 2015). Freire (1996) ensina não ser possível fazer reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem. Além disso, a questão da formação humana está implicada na profissionalidade docente polivalente (Cruz e Silva, 2012).

Nota-se a desproporcional fragmentação e o descompasso entre a teoria, compartilhada durante o curso de Pedagogia, e a prática docente cotidiana das professoras, num distanciamento que aponta para o esvaziamento da noção de *práxis* e interfere na percepção das teorias como suporte para compreender, criticamente, a sua prática. A falta de aporte teórico consistente, afasta as educadoras do conceito de reflexividade, necessário à prática docente polivalente, e não lhes garante condições de realizar as necessárias reelaborações frente às demandas das escolas, dos alunos e das próprias políticas públicas, constituindo-se sujeitos do processo da relação “homem-realidade, homem-mundo” (Freire, 1979, p.27), no qual ela e seus alunos estão inseridos.

A prática docente polivalente, por essência, pressupõe formação humana através do trabalho coletivo na perspectiva inter e transdisciplinar e, assim, os desafios do professor polivalente dos anos iniciais da educação básica são de duas ordens: uma ligada ao domínio das questões humanísticas e relacionais, caracterizadas pela relação com pessoas diversas como alunos, familiares, outros atores e agentes educacionais que convivem com ele no ambiente escolar, e a outra, no sentido do domínio de competências técnicas que exigem desse profissional a busca e construção diária de novos saberes, além da compreensão de que esse domínio é sempre parcial, posto que a ciência evolui a cada dia, e as representações sociais se modificam a cada

instante. Lima (2007, p. 65) considera que o professor polivalente deve ser capaz de apropriar-se e articular os conhecimentos básicos das diferentes áreas do conhecimento que compõem a base comum do currículo nacional dos anos iniciais do Ensino Fundamental, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar, associando polivalência à interdisciplinaridade. Contudo, as professoras declarantes sustentam que os cursos de Pedagogia não consideram essas dimensões do conceito de polivalência e tampouco desenvolvem projetos interdisciplinares que sirvam como exemplos/modelos. Importa ressaltar que as educadoras participantes apontam reconhecer o distanciamento que seus ex-professores têm das escolas públicas, posto que a maioria cursou escola básica particular e universidade pública, diferentemente da experiência e vivência delas.

No geral, sentem-se despreparadas em relação ao domínio dos conhecimentos, bem como para compartilhá-los com seus alunos, o que aponta para a fragilidade dos currículos das IES privadas, que não associam teoria à prática, e à fragilidade dos seus projetos de Estágio Curricular que deveriam oportunizar a prática da docência durante sua formação inicial. Faz-se obrigatório reconhecer a necessidade das escolas-campo de estágio se corresponsabilizarem pela formação dos professores polivalentes iniciantes, especialmente da rede pública de ensino. Entretanto, para que seja possível construir saberes a partir do estágio curricular, há de se existir uma estreita vinculação entre os Projetos Pedagógicos das IES formadoras, por meio de suas matrizes curriculares, e as demandas reais das escolas públicas e, nesse sentido, um projeto adequado de estágio curricular supervisionado poderia contribuir para o desenvolvimento dos saberes necessários à prática docente polivalente. Vale destacar que todas as professoras polivalentes declarantes ressaltaram que sua formação se deu muito mais em serviço, na socialização com as colegas mais experientes da unidade escolar, do que no próprio curso de Pedagogia.

6 | CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Como principais destaques revelados pela pesquisa, aponta-se que a prática docente das professoras participantes distanciam-se sobremaneira do trabalho inter e transdisciplinar, especialmente em função de seu despreparo em termos de domínio dos conhecimentos e das técnicas didáticas/metodológicas, além de sujeitarem-se às variadas interferências que mediam sua atividade cotidiana: condições precárias de trabalho; políticas públicas prontas para serem aplicadas sem considerar, entretanto, a necessidade dos alunos e alunas ou tampouco as particularidades da escola e do corpo docente; as condições objetivas da realidade escolar, dentre outras mediações.

As IES privadas formadoras apresentam deficiências severas e variadas e que necessitam ser repensadas: a carga horária do curso de Pedagogia é mínima e insuficiente; os currículos carecem de adequações; os programas de estágio necessitam

estar em sintonia com as demandas da escola básica, especialmente pública; faltam modelos de trabalho coletivo por parte das IES e, acima de tudo, é urgente que se discuta a polivalência durante a formação inicial, a partir do reconhecimento das necessidades reais de trabalho do educador e da educadora e com base nos princípios da interdisciplinaridade e da formação humana, não prescindindo, entretanto, das bases disciplinares ou das características da profissionalidade docente polivalente enquanto organização do trabalho escolar docente, que envolvem:

- “a) a relação entre professor e alunos apoiada numa pedagogia global, que atende às necessidades e interesses do aluno e incentiva o professor a perceber os conhecimentos de forma integral;
- b) a tensão entre a busca por uma especialização e a defesa da formação e atuação de um único professor no ensino das diferentes áreas do conhecimento;
- c) a associação da polivalência com o princípio da interdisciplinaridade;
- d) a ambivalência entre uma polivalência oficial e uma polivalência real.” (CRUZ SILVA e BATISTA NETO, 2012, p.1)

Parte significativa da preparação das professoras polivalentes ocorre na socialização com as colegas mais experientes que já atuam nas escolas públicas. Isso aponta para a questão da formação em serviço, que precisa ser considerada pelas unidades escolares que, propositadamente, poderiam utilizar os momentos de ATPC como espaços de co-formação. Entretanto, Fusari (1992) ressalva:

Contudo, vale registrar que a formação do educador em serviço não vai resolver, por si só, a questão da democratização do ensino, mas, certamente, terá uma função importante no processo de construção da Escola Pública brasileira. Uma nova Escola (não confundir com “escola nova”), democrática, necessita de educadores mais competentes para que cumpra, de maneira diferenciada, para melhor, a sua função social. Educadores competentes necessitam, sem dúvida alguma, de condições mínimas de trabalho; dentre elas, a questão salarial é ponto de partida para qualquer discussão de propostas que visem melhorar o ensino brasileiro. (FUSARI, p.26)

A formação deste profissional necessita ser contornada por qualidade técnica, que se expressa, inclusive, pela qualidade do trabalho dos docentes formadores das referidas IES, e pelo engajamento em questões humanísticas e sociais, posto que irão trabalhar com a formação de crianças e jovens que necessitam estar preparados para a vida, na perspectiva da emancipação e do domínio de saberes e conhecimentos que lhes permita ter liberdade de escolha, de ação, ainda que consideremos a interferência das demais condições sociais, econômicas e políticas que permeiam sua existência. Mas, contudo, cabe à educação escolar agir na contramão da lógica excludente do mercado de trabalho, criando condições para que se vislumbre um futuro protagonizado por aqueles e aquelas que frequentam os bancos escolares. E igualmente nessa direção, as IES privadas necessitam atuar.

A privatização do ensino superior brasileiro coloca a educação na lógica do mercado quando, para atender o preceito constitucional do direito à educação e formar-se professor ou professora, os cidadãos devem pagar por isso. Anuncia-se

aqui a obrigatoriedade de que o Estado reveja a questão da aplicação/alocação de verbas públicas em Instituições particulares, o que ocorre quando dos financiamentos como Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Acreditamos que é chegado o momento do Estado trazer para si a responsabilidade de formar professores e professoras polivalentes para a Educação Básica, especialmente para a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, realizando formação inicial em Universidades públicas, com a devida qualidade ou, minimamente, que regule a iniciativa privada para que esta mesma qualidade possa ser reverberada na prática docente polivalente daqueles e daquelas que irão atuar na educação escolar pública brasileira.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8 ed. Coleção questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2011.

AMBROSETTI, Neusa Banhara; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **A constituição da profissionalidade docente: tornar-se professora de educação infantil**. 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT08-3027--Int.pdf>> Acesso em: 03 de janeiro de 2019

AZZI, Sandra. **Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico**. In: PIMENTA, S. G. et al. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB, de 20 de dezembro de 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: Busca e movimento**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. **A construção da profissionalidade polivalente na docência nos anos iniciais do ensino fundamental: as práticas e os sentidos atribuídos às práticas por professoras da Rede Municipal de Ensino do Recife**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; BATISTA NETO, José. **A polivalência no contexto da docência nos anos iniciais da escolarização básica: refletindo sobre experiências de pesquisas**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 385-398, Ago. 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782012000200008>., acesso em 10/2015.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2009.

FUSARI, José Cerchi. **A formação continuada de professores no cotidiano da escola fundamental**. Série Ideias, n. 12, p. 25-33, 1992.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos**. 2008. Relatório Final (Pedagogia) – Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2008.

_____. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, Dec. 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>., acesso em 10/2015.

LIMA, Vanda Moreira Machado. **Formação do professor polivalente e os saberes docentes: um estudo a partir de escolas públicas**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília: Cortez, 2002.

NÓVOA, António. **Profissão Professor**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

PIMENTA, Selma Garrida (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma. Garrido; FUSARI, Jose .Cerchi. **A formação de professores para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental: análise do currículo dos cursos de Pedagogia de Instituições Públicas e Privadas do Estado de São Paulo**. Relatório Técnico. GEPEFE/FEUSP, 2014.

PINTO, Umberto de Andrade. **A Didática e a docência em contexto** In: Didática: teoria e pesquisa. Org. Alda Junqueira Marin e Selma Garrido Pimenta – 1 edição, Araraquara/SP, Junqueira&Marin, p. 113 e 124., 2015.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOMÉ, Jurgo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanches. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos(IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-369-9

